



Câmara Municipal de Porto Alegre

Av. Loureiro da Silva, 255 - Bairro Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP 90013-901
Telefone: (51) 3220-4346 - <http://www.camarapoa.rs.gov.br/>

ATA DE REUNIÃO

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO (ORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA NONA LEGISLATURA, EM 18-03-2025.

Aos dezoito dias do mês de março de dois mil e vinte e cinco, às dez horas e doze minutos, reuniu-se no Plenário Ana Terra, a Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Câmara Municipal de Porto Alegre, com a presença dos vereadores Aldacir Oliboni, Atena Roveda, Cláudia Araújo, Gilvani o Gringo, Hamilton Sossmeier e a Psicóloga Tanise Sabino.

Constatada a existência de quórum a senhora Presidente declarou abertos os trabalhos e, de imediato, a Ata da reunião (ordinária) anterior foi aprovada com dispensa de leitura. De imediato, foram DISTRIBUÍDOS, para Parecer, os seguintes processos: à vereadora Cláudia Araújo, o Projeto de Lei do Legislativo nº 184/24 (Processo nº 0359/24) e à vereadora Psicóloga Tanise Sabino, o Projeto de Lei do Legislativo nº 287/24 (Processo nº 0566/24). Acrescenta-se, ainda, que foram APROVADOS, de acordo com os §§ 4º e 5º do art. 42 do Regimento, no dia doze de março do corrente, o seguinte Parecer: nº 008/25 (Indicação nº 005/25 – Processo nº 0186/25), de autoria do vereador Gilvani o Gringo. E no dia treze de março do corrente, o seguinte Parecer: nº 009/25 (Projeto de Lei do Legislativo nº 324/24 – Processo nº 0668/24), de autoria da vereadora Psicóloga Tanise Sabino. E no dia quatorze de março do corrente, o seguinte Parecer: nº 010/25 (Projeto de Lei do Legislativo nº 326/24 – Processo nº 0638/24), de autoria do vereador Hamilton Sossmeier. E, no dia dezessete de março do corrente, o seguinte Parecer: nº 011/25 (Indicação nº 018/25 – Processo nº 0384/25), de autoria do vereador Hamilton Sossmeier. Dando prosseguimento, a senhora Presidente comunicou que a pauta desta Reunião seria destinada a debater o tema “Informações de recursos oriundos do Governo Federal para o estado e municípios, especialmente de Porto Alegre para execução dos projetos de enfrentamento às fortes cheias ocorridas recentemente”, e, de imediato, destacou a presença dos senhores Fernando Ritter, secretário da Secretaria Municipal de Saúde (SMS); Rafael Brinkhues, assessor da Secretaria para Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul; João Pedro Zanetti Maffessoni, diretor de orçamento da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão (SMPG); Julia Zardo, secretária em exercício da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade (SMAMUS); Artur Ribas, coordenador da habitação do escritório da reconstrução da Prefeitura Municipal de Porto Alegre; Maneco Hassen, comandante da Secretaria para Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul; Fernanda Fernandes, diretora-geral da SMS; Vânia Maria Frantz, diretora da atenção primária da SMS; Darcy Nunes dos Santos, assessor da presidência do Departamento Municipal de Água e Esgotos (DMAE); Rosa Helena Cavalheiro Mendes, coordenadora do Conselho Municipal de Saúde (CMS); Felisberto Seabra Luisi, conselho do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (CMDUA) e demais nomes registrados na lista de presenças. A seguir, a senhora Presidente, a vereadora Psicóloga Tanise Sabino, efetuou considerações gerais sobre o assunto a ser debatido e explicou que o objetivo da reunião era tratar da destinação dos recursos federais para Porto Alegre, visando a recuperação da cidade nas áreas de infraestrutura, saúde, meio ambiente e economia atingidas pelas enchentes de maio do ano de dois mil e vinte e quatro. Na sequência, passou a palavra ao proponente da pauta e demais integrantes da Mesa e plateia para as suas manifestações. O vereador Aldacir Oliboni, proponente da reunião, destacou a relevância do tema para esclarecer a chegada de recursos federais, frequentemente alvo de desinformação e polarização. Mencionou sua intenção de longa data de propor a presente discussão, que abrange assuntos como saúde e meio ambiente, e citou um montante de setecentos e cinquenta milhões de reais que teria sido destinado pelo governo federal para diversos projetos, embora sem detalhes claros sobre execução. Por fim, ressaltou a indignação da população com alagamentos recorrentes e mencionou a aprovação de empréstimos autorizados pela Câmara Municipal para enfrentar o problema, questionando, ainda, o andamento e a chegada desses recursos, como os anunciados pela Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil. O senhor Fernando Ritter agradeceu a retratação do título inicial da pauta, que sugeria inépcia da gestão municipal na gestão dos recursos, e informou que Porto Alegre recebeu até a presente data o montante de aproximadamente cento e vinte e três milhões de reais do governo federal, com execução planejada para o ano. Relatou que vinte e seis unidades de saúde foram atingidas pelas cheias, tendo ainda dez por reativar, prevendo conclusão desse processo até julho/agosto do corrente ano, exceto na Ilha dos Marinheiros. Criticou a burocracia federal, como atrasos por detalhes em placas de obras, e pediu desburocratização, afirmando que a Secretaria de Saúde tem capacidade de gastar mais recursos se enviados ao Município. Por fim, passou a apresentação detalhada das obras já executadas para as senhoras Fernanda Fernandes e Vânia Maria Frantz, ambas diretoras da SMS. O senhor Rafael Brinkhues informou que a Casa de Governo realiza caravanas para destravar questões operacionais, como a mencionada pelo senhor Fernando Ritter, tendo já recebido sessenta e quatro prefeituras na primeira edição e cento e trinta na segunda, incluindo Porto Alegre. Por fim, disse não haver agenda específica do Ministério da Saúde, mas mesmo assim, convidou o senhor Fernando Ritter para futuramente tratar de dificuldades técnicas específicas, tais como o atraso de obras por falta de placas, com as equipes da Secretaria Executiva do Ministério presentes na Casa de Governo. O senhor João Pedro Zanetti Maffessoni apresentou um balanço de aproximadamente cento e noventa e dois milhões de reais recebidos como fonte de calamidade no ano de dois mil e vinte e quatro, com cento e trinta milhões de reais empenhados e sessenta milhões de reais de saldo para empenhar. Explicou que a Prefeitura gastou além das transferências federais, com receitas líquidas de duzentos milhões de reais e despesas de quase quatrocentos milhões de reais, destacando o esforço municipal para enfrentar a tragédia, lembrando a ausência da Secretaria da Fazenda para apresentar maiores detalhes. A senhora Julia Zardo informou que a Secretaria do Meio Ambiente e Sustentabilidade recebeu apenas

dezoito por cento do montante solicitado à União (onze milhões de reais de uma solicitação de cento e noventa e seis milhões de reais), mas o Município aplicou seiscentos e dez milhões de reais de recursos próprios e de parcerias privadas, superando o pedido inicial. Após, reiterou dificuldades burocráticas no acesso aos recursos federais e destacou o trabalho do escritório de reconstrução na área de habitação. Por fim, passou a palavra para o senhor Artur Ribas efetuar detalhes das aplicações de recursos habitacionais. O senhor Artur Ribas informou que o Município não recebe diretamente os recursos destinados à habitação, os quais são repassados às famílias por meio do programa federal "Compra Assistida". Informou que até o momento, foram encaminhados os cadastros de cinco mil trezentas e setenta e três famílias ao governo federal, das quais duas mil oitocentas e dezesseis já estão habilitadas a buscar imóveis junto à Caixa Econômica Federal, representando um investimento de aproximadamente quinhentos e sessenta milhões de reais. Acrescentou que desse total, mil e sessenta e um contratos estão em andamento, quinhentos e vinte contratos foram assinados, e cento e trinta contratos já foram registrados, com as famílias reassentadas em seus novos lares. Destacou que o programa permite a aquisição de imóveis de até duzentos mil reais em qualquer cidade do Rio Grande do Sul, e que o processo tem se acelerado nos últimos dois meses, com a ampliação do atendimento por correspondentes da Caixa. Após, enfatizou o apoio do Departamento Municipal de Habitação (Demhab) às famílias na formalização da documentação, muitas das quais saem da informalidade para obter imóveis registrados. Por fim, respondeu à preocupação do senhor Felisberto Seabra Luisi, informando que o Município e o Estado já realizaram mais de cinco mil laudos de habitação, com previsão de contratar mais quatro mil laudos ainda neste mês ou no início do próximo, para garantir o atendimento às famílias afetadas pelas enchentes. O senhor Maneco Hassen destacou as ações do governo federal em resposta às enchentes no estado e em Porto Alegre. Informou que foram investidos cerca de oitenta bilhões de reais no Rio Grande do Sul, com previsão de alcançar cento e quarenta bilhões de reais até o fim dos programas em execução. No estado, quatrocentas e vinte e nove mil famílias receberam o auxílio reconstrução de cinco mil e cem reais, vinte e duas mil moradias foram viabilizadas com quatro bilhões e quinhentos milhões de reais, e sessenta e seis mil empresas acessaram trinta e um bilhões de reais em programas federais. Especificamente em Porto Alegre, oitenta e uma mil famílias receberam o auxílio, totalizando quatrocentos e doze milhões de reais, enquanto duas mil oitocentas e dezesseis famílias foram habilitadas no programa Minha Casa Minha Vida Reconstrução, com seiscentas e oitenta e cinco já reassentadas, representando quinhentos e sessenta e três milhões de reais. Além disso, nove mil oitocentas e vinte e três empresas locais receberam sete bilhões e trezentos e cinquenta milhões de reais, e o governo federal avalizou operações de crédito de três bilhões e quinhentos milhões de reais. Na área da saúde, cento e cinquenta e cinco milhões de reais foram aplicados, e na educação, quatorze milhões e setecentos mil reais. Após, acrescentou que seis bilhões e quinhentos milhões de reais estão depositados desde dezembro para obras de proteção na região metropolitana, incluindo setecentos e setenta milhões de reais para Porto Alegre, mas destacou que os projetos, a cargo do governo estadual, ainda estão em atualização, com previsão de dez meses para conclusão antes da licitação. Por fim, criticou a burocracia do sistema público, mas reforçou o compromisso de acelerar os processos, citando a entrega semanal de moradias e a meta de atender vinte e duas mil famílias com o programa Compra Assistida e novos empreendimentos. A senhora Fernanda Fernandes apresentou um relato breve sobre os recursos recebidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre para enfrentar a calamidade causada pelas enchentes. Informou que foram destinados cento e trinta e dois milhões de reais, provenientes de fontes federais e estaduais, abrangendo áreas como atenção básica, vigilância em saúde e apoio a hospitais. Desse montante, setenta por cento, equivalente a cerca de noventa e dois milhões e quatrocentos mil reais, já foram empenhados. Após, destacou que os recursos têm sido fundamentais para a reconstrução e o restabelecimento das unidades de saúde afetadas, mas não detalhou especificamente as ações em andamento, enfatizando a brevidade de sua fala devido ao tempo limitado. Por fim, reforçou a importância da aplicação responsável desses valores para atender às necessidades da população porto-alegrense, alinhando-se às informações previamente apresentadas pelo secretário Fernando Ritter sobre o planejamento e os prazos para reativação das unidades de saúde. O senhor Darcy Nunes dos Santos apresentou informações sobre os recursos e ações do DMAE para enfrentamento das enchentes em Porto Alegre. Informou que, no momento agudo da reconstrução, foram utilizados sessenta e seis milhões de reais através do sistema Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2ID), já encerrado, acrescentando que para as ações de curto e médio prazo, o DMAE solicitou seiscentos milhões de reais via governo estadual. Além disso, enfatizou que setecentos e setenta milhões de reais estão previstos para obras de macrodrenagem e proteção, sendo duzentos e setenta milhões de reais de um empréstimo já assinado com a Caixa Econômica Federal e quinhentos milhões de reais de recursos da União, reservados dentro do pacote de seis bilhões e quinhentos milhões de reais para a região metropolitana, mas ainda sem termo de compromisso assinado entre a Prefeitura e o Ministério da Reconstrução. Após, destacou que os projetos estão em desenvolvimento para atender às exigências da Caixa Econômica Federal, incluindo obras nas regiões da casa de bomba número 4 (Cairu, Brasil, Dona Margarida até Voluntários da Pátria) e casa de bomba número 5 (Humaitá, Vila Farrapos, Navegantes e parte baixa do bairro Sarandi, com setenta milhões de reais adicionais). Na sequência, retificou informações sobre o bairro Sarandi, afirmando que, desde trinta de agosto de dois mil e vinte e quatro, o bairro foi priorizado com ações de proteção, incluindo a regularização de famílias sobre o dique. Após, esclareceu que as casas de bomba não foram projetadas para inundações como a de maio de dois mil e vinte e quatro, pois a água é proveniente do lago Guaíba e do rio Gravataí, não de chuvas internas, e acrescentou que a Cidade enfrentou mais de quarenta pontos de entrada de água. Por fim, compartilhou dados históricos do Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS), obtidos no Arquivo Nacional, lembrando, ainda, que os primeiros diques e casas de bomba foram construídos em mil novecentos e quarenta e dois, com novos estudos após a cheia de mil novecentos e sessenta e sete, alertando que o sistema nunca foi concluído, sendo insuficiente para a magnitude da recente catástrofe. A vereadora Cláudia Araújo parabenizou o vereador Oliboni pela pauta e apontou a burocracia, especialmente na Caixa Econômica, como entrave às emendas federais, sugerindo a presença de um representante da instituição em futuras reuniões. O vereador Hamilton Sossmeier também elogiou a iniciativa de Oliboni e indagou sobre dificuldades na compra assistida para imóveis acima de duzentos mil reais, enfatizando os quinhentos e vinte contratos assinados como avanço significativo. A vereadora Atena Roveda criticou a ênfase em números, que dificultam a compreensão, e a burocracia que impede entregas, responsabilizando a gestão municipal pelos últimos quatro anos e cobrando mais ações concretas além de apenas reuniões. O vereador Gilvani o Gringo lamentou a falta de efetividade nas medidas de proteção contra enchentes em Porto Alegre, criticou a burocracia e a inação histórica desde o ano de mil novecentos e quarenta e um como entraves à resolução do problema. Na sequência, opinou que o governo federal assumisse a execução das obras de prevenção, mencionando a existência de projetos na Fundação Metropolitana de Planejamento (METROPLAN), sugeriu a utilização da Freeway como dique, e

reforçou a necessidade de conclusão de elevatórias e diques internos com base em estudos já disponíveis. Na sequência, a senhora Presidente concedeu a palavra ao público presente na plateia para suas manifestações. A senhora Rosa Helena Cavalheiro Mendes reconheceu a burocracia, mas criticou a inação passada da Prefeitura, citando o desvio de dezoito milhões e novecentos mil reais do Centro de Saúde Murialdo, e elogiou o governo federal pelos recursos enviados. Por fim, afirmou que o Conselho Municipal de Saúde seguirá fiscalizando as nove unidades de saúde ainda pendentes de reabertura de atendimento ao público após as enchentes. O senhor Felisberto Seabra Luisi destacou a dificuldade da população em compreender os números e a falta de participação social na alocação de recursos, citando uma moradora do Humaitá que reconstruiu sem saber do auxílio de duzentos mil reais. Por fim, cobrou maior transparência e diagnóstico técnico acessível. Após ouvir todas as manifestações, a senhora Presidente solicitou ao vereador Aldacir Oliboni, proponente da pauta, que efetuassem os ENCAMINHAMENTOS da presente reunião: 1) Solicitar, até maio do corrente ano, um relatório detalhado de todas as secretarias municipais envolvidas, contendo informações sobre os programas em andamento, os recursos recebidos e as dificuldades enfrentadas na aplicação dos valores federais recebidos, com o objetivo de identificar possíveis entraves e facilitar a interlocução com os órgãos governamentais responsáveis; 2) Realizar uma nova reunião até maio do corrente ano, com a participação de representantes de órgãos que, segundo relatos, estariam dificultando a execução dos projetos, tais como a Caixa Econômica Federal, para discutir a desburocratização e agilizar a liberação de recursos, dando oportunidade a todos os segmentos afetados para expor suas demandas; 3) Convidar o governo do estado, por meio da Metroplan, para ampliar o debate sobre a atualização dos projetos de proteção contra enchentes, considerando a informação de que os projetos atuais, datados do ano de dois mil e quatorze, estão desatualizados e não atendem às necessidades atuais, conforme apontado pelo senhor Maneco Hassen; 4) Manter o acompanhamento contínuo das ações de reconstrução, com a possibilidade de realizar reuniões trimestrais para avaliar o progresso na aplicação dos recursos federais e municipais, visando atender às necessidades da população de Porto Alegre e garantir transparência no processo; e, 5) Disponibilizar a apresentação dos slides do senhor Maneco Hassen no grupo de comunicação interno da Cosmam, para que os vereadores tenham acesso aos dados detalhados apresentados, facilitando o acompanhamento e a fiscalização das ações de reconstrução. Registra-se que o inteiro teor dos debates, após transcrição, fará parte integrante desta Ata, bem como a lista de presenças desta Reunião. Às doze horas e vinte e nove minutos, nada mais havendo a tratar, a senhora Presidente declarou encerrada esta Reunião. Do que foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada eletronicamente pela senhora Presidente, vereadora Psicóloga Tanise Sabino.



Documento assinado eletronicamente por **Tanise Amalia Pazzim, Vereador (a)**, em 24/03/2025, às 19:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.camarapoa.rs.gov.br>, informando o código verificador **0868536** e o código CRC **12347BDB**.